

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS 1921-2021 UMA ANTOLOGIA

**SELECÇÃO,
INTRODUÇÃO
E PREÂMBULOS:
JOSÉ NEVES**

TEXTOS:

JOSÉ PACHECO PEREIRA	VANESSA ALMEIDA	ANA MARGARIDA DE CARVALHO
ANTÓNIO PEDRO PITA	JOÃO MADEIRA	MARCO LISI
JOÃO ARSÉNIO NUNES	DAVID L. RABY	FRANCISCO LOUÇÃ
FERNANDO ROSAS	PAULA GODINHO	CARLOS GASPAR
ÁLVARO CUNHAL	MIGUEL CARDINA	ANA DRAGO

**LISBOA
TINTA - DA - CHINA
MMXXI**

ÍNDICE

INTRODUÇÃO:	
CEM ANOS DE VIDA, CINQUENTA ANOS DE HISTÓRIA	7
[JOSÉ NEVES]	
Questões sobre o movimento operário português e a Revolução Russa de 1917	31
[JOSÉ PACHECO PEREIRA 1971]	
O marxismo na constituição ideológica e política do PCP	45
[ANTÓNIO PEDRO PITA 1994]	
Comunismo, antifascismo e intelectuais nos anos 30	63
[JOÃO ARSÉNIO NUNES 1999]	
O PCP e a II Guerra Mundial	77
[FERNANDO ROSAS 1983]	
O Partido Comunista da «Reorganização» dos anos 40 ao 25 de Abril	103
[ÁLVARO CUNHAL 1992]	
A greve de 1943 no Barreiro: resistência e usos da memória	135
[VANESSA ALMEIDA 2013]	
Bolchevização, funcionários clandestinos e identidade no PCP	149
[JOÃO MADEIRA 2004]	
O problema da unidade antifascista: o PCP e a candidatura do general Humberto Delgado	177
[DAVID L. RABY 1982]	
Comunidade, classes e colectivos no sul de Portugal (Couço, 1958-1962)	203
[PAULA GODINHO 2001]	

Filhos da clandestinidade [ANA MARGARIDA DE CARVALHO 1996]	221
Génese, estruturação e identidade do fenómeno maoista em Portugal (1964-1974) [MIGUEL CARDINA 2013]	235
O PCP e o processo de mobilização entre 1974 e 1976 [MARCO LISI 2007]	257
A «vertigem insurreccional»: teoria e política do PCP na viragem de Agosto de 1975 [FRANCISCO LOUÇÃ 1985]	285
Rumo à memória: epílogo [CARLOS GASPAS 1992]	303
A Cintura Vermelha de Lisboa: o PCP, a questão urbana e uma cidadania de oposição [ANA DRAGO 2019]	325
NOTAS	363
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	401
OS AUTORES	413

INTRODUÇÃO: CEM ANOS DE VIDA, CINQUENTA ANOS DE HISTÓRIA

[JOSÉ NEVES]

O Partido Comunista Português nasceu durante a I República Portuguesa, pouco mais de três anos após a ocorrência da Revolução Russa de Outubro de 1917, acontecimento que se repercutiu por todo o mundo. Eclodindo num país em que as relações capitalistas ainda se encontravam por consolidar plenamente, Outubro de 1917 tornou-se fonte de inspiração para o movimento operário e socialista em países como a Alemanha ou a França, mas também para colectivos militantes situados em zonas economicamente menos industrializadas. Por este efeito seria criada em 1919 a Federação Maximalista Portuguesa. Os seus membros declaravam-se bolchevistas e pretendiam (assim) maximizar o alcance da revolução que ambicionavam. A federação acabaria por ser extinta por imposição do governo da República no ano seguinte, mas as intenções que presidiram à sua criação redundariam, pouco tempo depois, na criação do PCP. Era o sexto dia de Março de 1921¹.

DA REPÚBLICA AO ANTIFASCISMO

Nos meses seguintes, o novo partido formalizou os seus primeiros contactos internacionais. Uma delegação de militantes do PCP participou no IV Congresso da Internacional Comunista (IC), que teve lugar em Moscovo nos finais de 1922. Um ano depois realizou-se em Lisboa, na Associação de Empregados de Escritório, o primeiro congresso do PCP. Entre os participantes, contava-se um delegado da Internacional Comunista, o suíço Jules Humbert-Droz, que nos deixou vivo testemunho da sua passagem por Portugal².

Nos primeiros anos de existência do PCP, evoluíam no seu seio sensibilidades que hoje reputaríamos diferenciadas, se não mesmo rivais. A construção de um partido de natureza bolchevique convivia com a persistência de uma sensibilidade de pendor anarquista, conforme sublinhou há largos anos o historiador João P.G. Quintela³. Esta diferença, que compreendia divergências de índole doutrinária e ideológica, podia igualmente implicar concepções relativamente contraditórias em matéria de organização e disciplina.

A questão da disciplina tornar-se-ia um assunto particularmente delicado ao longo da história do PCP. O seu segundo congresso realizou-se em Lisboa, por ocasião do golpe militar concretizado a 28 de Maio de 1926. O evento abriu caminho à ditadura do Estado Novo, regime enquanto tal plasmado na Constituição de 1933 e que perduraria até ao dia 25 de Abril de 1974. A ditadura instituiu um partido único e procurou dominar a oposição social, política e cultural, negando a liberdade sindical, associativa e partidária, fazendo uso da censura prévia e reprimindo violentamente, com recurso à prisão e à tortura, dispositivo e instrumento atemorizadores que muitos comunistas acabaram por conhecer na própria pele.

É certo que a durabilidade da ditadura não se compreende atendendo apenas à sua natureza repressiva, mas esta foi certamente decisiva na inviabilização das resistências republicana e reviralista, assim como na desagregação e enfraquecimento da cultura política anarquista ao longo da década de 1930. Contribuiu também para o insucesso das tentativas de reorganização do PCP levadas a cabo após a desmobilização provocada pelo já referido 28 de Maio de 1926⁴.

A mais relevante dessas tentativas de reorganização teve lugar em 1929. Seriam menos de 20, os militantes que para esse efeito então se reuniram em conferência, entre eles destacando-se a figura de um operário do Arsenal da Marinha e sindicalista, Bento Gonçalves. Sob liderança deste, que visitaria Moscovo ainda nesse ano, procurava-se incrementar o activismo sindical e formas de organização de massa, mas também construir uma organiza-

ção mais disciplinada, desiderato que se justificava duplamente: tratava-se de reconfigurar o PCP à imagem dos partidos da IC, subtraindo-o à influência do anarquismo, e de o tornar relativamente imune à repressão policial⁶.

Acerca deste segundo aspecto, não se pode dizer que a tentativa de reorganização de 1929 — que é também o ano da grande crise mundial do capitalismo — tenha sido bem-sucedida, pelo menos a médio prazo. Ao longo da década de 1930, que é também a de afirmação e fascização do regime tutelado pelo ditador António de Oliveira Salazar, por uma e outra vez a repressão policial fere com gravidade a estrutura directiva do PCP, impedindo que o colectivo adquira um mínimo de organicidade. No final da década de 1930, muitos dos principais militantes e dirigentes do PCP encontram-se presos. O próprio caso de Bento Gonçalves é paradigmático: encarcerado em 1930, recupera a liberdade três anos mais tarde, volta a perdê-la em 1935, sendo depois enviado para o campo de concentração do Tarrafal, onde vem a falecer no início dos anos 40⁶.

Quanto à inserção do PCP na rede internacional comunista, os anos 30 conhecem avanços, mas terminam em recuo. Em 1934, Francisco de Paula Oliveira Jr. (Pável), um operário que começara a trabalhar no Arsenal da Marinha aos 11 anos de idade, depois secretário-geral da Federação das Juventudes Comunistas Portuguesas, torna-se membro permanente do secretariado latino da IC. Vive em Moscovo cerca de três anos, mas já no final da década, e após regressar a Portugal, é também ele detido. Ainda que acabando por se evadir da prisão do Aljube, e por conseguir sair do país, Pável não chega a regressar a Moscovo, onde por esta altura se intensifica a perseguição estalinista a militantes e dirigentes suspeitos — entre outros atributos — de trotsquismo. Ao findar da década, a IC, descrendo da capacidade do PCP para se salvaguardar da vigilância policial, acabará mesmo por suspender as relações com os comunistas portugueses. Pável, esse, partirá exilado para o México, regressando a Portugal de visita, já depois de 1974⁷.

Ainda assim, os anos 30 marcaram de forma indelével a história do comunismo português. Porque foi nesta década que se desen-

volveu e apurou uma orientação política e uma cultura intelectual antifascistas. Esta evolução deu-se em sintonia com a viragem operada pela IC, a qual, abandonando a estratégia de classe contra classe, abria caminho à política das Frentes Populares no seu sétimo congresso, realizado em Moscovo em 1935 e no qual participaram Bento Gonçalves, Pável e, a nível das juventudes, Álvaro Cunhal. A política de unidade contra o fascismo tinha também antecedentes na própria trajectória do PCP. Ainda no período final da I República Portuguesa, os comunistas procuraram aproximar-se de sectores do regime situados mais à esquerda do espectro político, nomeadamente a chamada Esquerda Democrática⁸. E, como mostram os trabalhos do historiador João Arsénio Nunes, desde inícios da década de 1930 que se encontram, no pensamento de Bento Gonçalves, sinais de abertura a uma política de alianças de teor antifascista⁹. Também na frente cultural se reúnem indícios de semelhante disposição, patente em algumas intervenções de Bento de Jesus Caraça, ele que em início dos anos 30 participa do Núcleo de Intelectuais Simpatizantes do PCP¹⁰.

A REORGANIZAÇÃO DE 1940/41

À saída dos anos 30, a capacidade de a ditadura impedir a actividade do PCP era significativa. Durante a segunda metade da década, ao Tarrafal, iam aportando presos do 18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande e da Revolta dos Marinheiros de Setembro de 1936. Nos anos da Guerra Civil de Espanha (1936-1939), embora o PCP tivesse atraído a si novos membros, a repressão não abrandaria. Os comunistas — embora também anarquistas e republicanos — chegavam em bom número ao campo de concentração situado na ilha de Santiago, em Cabo Verde.

Instituição paradigmática de uma vontade totalitária, o campo nem por isso consegue anular por completo a vida política. Os militantes comunistas formam aí a Organização Comunista Prisional do Tarrafal. Desalentam-lhes as notícias acerca do estado de fragilidade da organização do Partido e a suspensão a ele